ATA NÚMERO 10/XVI/1.ª SL

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2024, pelas 15:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audição dos peticionários da Petição n.º 5/XVI/1.ª – Horários de trabalho justos, legais e adequados às funções docentes. Melhorias das condições de trabalho e de aprendizagem nas escolas

3. Audição dos peticionários da Petição n.º 6/XVI/1.ª – Por um regime específico de aposentação justo e adequado às especificidades da profissão docente

4. Audição dos peticionários da Petição n.º 8/XVI/1.ª – Recuperação do tempo de serviço congelado e ainda não contabilizado para efeitos de carreira

5. Audição dos peticionários da Petição n.º 9/XVI/1.ª – Eliminar a precariedade na profissão Docente

6. Aprovação das atas de reuniões anteriores

- Reunião da Mesa e Coordenadores do dia 11 de junho e da Comissão de 18 de junho

7. Comunicações da Presidente

7.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

i. Projetos de Lei – Generalidade

ii. Projetos de Resolução – Generalidade

7.2. Pedidos de audiência

7.3. Comunicação do BE, CDS-PP e L com designação de membros para o Conselho Nacional de Educação (CNE)

8. Discussão e votação do relatório do Projeto de Lei n.º 154/XVI/1.ª (BE) – Cria o regime de compensação a docentes deslocados

9. Apresentação e discussão do relatório final da Petição n.º 4/XVI/1.ª – Contra a excessiva digitalização no ensino e a massificação dos manuais escolares digitais - seguida de debate sobre a petição, nos termos do artigo 24.º-A do Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição e votação do relatório final

10. Outros assuntos

11. Data da próxima reunião

---

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Manuela Tender, colocou à consideração as alterações solicitadas pelo PS no que respeita à sequência das audições a realizar, tendo-se registado consenso. A proposta de Ordem do Dia, com esta alteração, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH, e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

2. Audição dos peticionários da Petição n.º 9/XVI/1.ª – Eliminar a precariedade na profissão Docente

A Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas aos elementos da delegação da FENPROF, identificados na página desta audição e das 3 seguintes e lembrou a grelha de tempos das intervenções (igual para a audição respeitante a cada petição).

Os representantes da FENPROF referiram o seguinte, em resumo:

1. Há uma eterna precariedade na profissão docente, com taxas muito elevadas, no ensino superior e não superior;
2. No ensino não superior, os docentes, em média, vinculam-se com 16 anos de funções e 47 de idade;
3. Atualmente, há 10.000 vagas docentes e 25% por ocupar, verificando-se que as condições de vinculação não são atrativas;
4. A Diretiva da Comissão Europeia de 1999 originou o processo de vinculação dos professores, mas milhares de docentes com mais de 3 anos ainda não obtiveram vinculação, pelo que não estão a ser aplicadas as normas do Código do Trabalho;
5. Continua a discriminação, dado que os professores contratados não vinculados auferem uma remuneração inferior, não lhes sendo contado o tempo de serviço;
6. Verifica-se um impedimento de inscrição na Caixa Geral de Aposentações;
7. Os docentes quando obtêm vinculação, mesmo que já exerçam funções há muitos anos, têm de fazer um período probatório, em que auferem uma remuneração inferior e têm de sujeitar-se a um período de avaliação, nomeadamente, com aulas observadas;
8. Este ano, ficaram fora da vinculação milhares de professores.

Intervieram depois os Senhores Deputados Ângela Almeida (PSD), Isabel Ferreira (PS), Maria José Aguiar (CH), Patrícia Gilvaz (IL) e Paula Santos (PCP) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram algumas questões.

Na sequência das intervenções dos Deputados, os representantes da FENPROF referiram o seguinte, em resumo:

1. Os critérios limitativos que estão estabelecidos não permitem mais vinculações, havendo um elevado número de professores com muito mais de 3 anos de funções que não reúnem todos os requisitos para a vinculação;
2. Muitos professores não conseguiram vinculação e têm mais de 3 anos de funções;
3. A obrigação de os professores concorrerem a todo o país limita a opção pela vinculação, atenta a sua idade e situação pessoal;
4. O reforço dos quadros das escolas é fundamental;
5. A contratação dos professores das escolas artísticas exige atenção específica;
6. Verifica-se que saíram 20.000 professores ao longo dos anos e o plano recentemente apresentado só prevê a recuperação de 500;
7. O recurso à contratação com recibos verdes devia ser proibido;
8. Foram criados escalões de vencimento diferenciados para os professores contratados, mas só até 8 anos de funções;
9. A desburocratização dos processos é fundamental;
10. O conselho pedagógico das escolas passou a ser um órgão de natureza consultiva e a FENPROF pede que tenha poder de decisão.

A gravação vídeo da audição e a documentação entregue estão disponibilizadas na página da audição, pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

3. Audição dos peticionários da Petição n.º 5/XVI/1.ª – Horários de trabalho justos, legais e adequados às funções docentes. Melhorias das condições de trabalho e de aprendizagem nas escolas – 15h00 - Confirmada

A Senhora Presidente deu a palavra aos representantes da FENPROF, os quais referiram o seguinte, em resumo:

1. Verifica-se um desrespeito, nas escolas, em relação aos horários dos professores, face ao limite legal;
2. O horário de trabalho semanal são 35h, incluindo as componentes letiva (de 25h ou 22h, consoante o ciclo) e não letiva, mas há abusos das administrações, para a obtenção de trabalho fora do horário laboral e não remunerado;
3. Esta situação contribui para a desvalorização e a não atração da carreira docente e o aumento do cansaço e exaustão dos respetivos profissionais;
4. Atento o regime de trabalho, os docentes têm dificuldade em compatibilizar a vida profissional com a pessoal;
5. Registam ainda o facto de haver turmas do 1.º ciclo que incluem mais de um ano de escolaridade, com os ónus inerentes;
6. Há um insuficiente investimento na educação, inferior a 6% do valor do orçamento do Estado, percentagem fixada internacionalmente;
7. Solicitam ainda que as condições de exercício das funções docentes no setor privado sejam aproximadas às do setor público;
8. Deixarão uma proposta que apresentaram ao último Governo, com reivindicações que consideram justas.

Intervieram depois os Senhores Deputados Inês Barroso (PSD), Palmira Maciel (PS), João Tilly (CH) e Joana Mortágua (BE) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram algumas questões.

Na sequência das intervenções dos Deputados, os representantes da FENPROF referiram o seguinte, em resumo:

1. As escolas seguem políticas de embaratecimento da mão-de-obra;
2. Muitas das atividades que as escolas consideram não letivas são efetivamente letivas, como por exemplo, a substituição de professores;
3. O trabalho de avaliação é considerado trabalho individual do professor;
4. Pedem que os horários dos professores respeitem o Estatuto Docente e que as horas extraordinárias sejam remuneradas;
5. O corpo docente está envelhecido e extenuado;
6. A FENPROF já colocou estas matérias ao novo Ministro, para que sejam tidas em conta na negociação.

A gravação vídeo da audição e a documentação entregue estão disponibilizadas na página da audição, pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

4. Audição dos peticionários da Petição n.º 6/XVI/1.ª – Por um regime específico de aposentação justo e adequado às especificidades da profissão docente – 15h45 - Confirmada

A Senhora Presidente deu a palavra aos representantes da FENPROF, os quais referiram o seguinte, em resumo:

1. As instituições internacionais evidenciam o envelhecimento dos docentes e em Portugal essa realidade é mais evidente, o que tem como consequências as faltas ao serviço e a exaustão (uma percentagem elevada de professores está em exaustão emocional, ansiando ir para a reforma);
2. O número de professores que têm até 30 anos é residual;
3. Há necessidade de valorizar a carreira;
4. O Governo propõe recuperar 500 docentes, dos milhares que abandonaram a profissão;
5. As medidas propostas na petição permitiriam o rejuvenescimento da carreira docente.

Intervieram depois os Senhores Deputados Cidália Abreu (PSD), Isabel Ferreira (PS), Luísa Areosa (CH) e Paula Santos (PCP) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram algumas questões.

Na sequência das intervenções dos Deputados, os representantes da FENPROF referiram o seguinte, em resumo:

1. A redução da carga letiva tem como contrapartida mais trabalho;
2. Pedem medidas de rejuvenescimento da carreira, que podia ser conseguido com um regime específico de aposentação;
3. O fim da gestão democrática das escolas tem efeitos nocivos;
4. Muitos professores perceberam que já não tinham futuro nas escolas;
5. São precisos mais professores e eles existem, mas abandonaram a carreira por ela não ser atrativa, como por exemplo com horários incompletos;

6. Muitos professores precários não concorrem à vinculação dinâmica, porque no ano seguinte têm de concorrer a nível nacional e isso não é compatível com a sua idade (mais de 40 anos) e família;
7. Os professores já tiveram um regime especial de aposentação e deixaram de o ter, tendo passado para o regime geral;
8. Há situações de atestados com base em doença incapacitante, mas esta qualificação tem mais de 30 anos;
9. O plano + aulas + professores depende de os docentes quererem;
10. Os professores com mais anos de funções têm direito a uma redução do horário laboral, mas agora pretende-se preencher esse horário com horas extra;
11. Nos termos do artigo 69.º da Lei Geral do Trabalho, o docente aposentado que vá exercer funções recebe um valor correspondente ao diferencial entre a pensão e o valor que caberia ao professor e a FENPROF considera que esse montante não é atrativo.

A gravação vídeo da audição e a documentação entregue estão disponibilizadas na página da audição, pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

5. Audição dos peticionários da Petição n.º 8/XVI/1.ª – Recuperação do tempo de serviço congelado e ainda não contabilizado para efeitos de carreira – 16h30 - Confirmada

A Senhora Presidente deu a palavra aos representantes da FENPROF, os quais referiram o seguinte, em resumo:

1. A FENPROF não rejeita assinar acordos, procura-os, tendo dado vários exemplos, mas só assinam se estiverem de acordo, enquanto nos casos em que este não seja conseguido, podem assinar uma ata negocial em que conste o que teve acordo e o que não teve;
2. Não assinaram um acordo com o Ministro da Educação, Ciência e Inovação sobre a matéria em causa pela forma desadequada como decorreu a negociação (tendo descrito a respetiva forma) e por a proposta do Senhor Ministro gerar desigualdades, nomeadamente para os docentes do 10.º escalão;
3. Pediram uma negociação suplementar, mas o Senhor Ministro não aceitou, por já ter assinado um acordo com outros sindicatos;

4. Pronunciaram-se sobre a proposta que lhes foi apresentada sobre a redução do mecanismo do acelerador;
5. Os professores retidos nas listas e aqueles que perderam o tempo recuperado podem não ter tido nenhum benefício;
6. O regime constante do acordo pode gerar a ultrapassagem de pessoas;
7. Concretizaram as situações que entendem que geram desigualdade na recuperação do tempo de serviço que os levaram a não assinarem o acordo;
8. Foi-lhe dito que o decreto-lei que aprove o regime respetivo poderia vir resolver algumas das questões elencadas e esperam que se isso não acontecer os Grupos Parlamentares possam pedir a apreciação parlamentar daquele diploma.

Intervieram depois os Senhores Deputados Pedro Alves (PSD), Eduardo Pinheiro (PS), José Carvalho (CH), Joana Mortágua (BE) e Paula Santos (BE) que se pronunciaram sobre a matéria e colocaram algumas questões.

Na sequência das intervenções dos Deputados, os representantes da FENPROF referiram o seguinte, em resumo:

1. A situação atual tem algumas coisas diferentes daquilo que consta na petição;
2. O número de professores do 10.º, 9.º e 8.º escalões foi dado pelo Ministério;
3. Não é preciso aumentar o número de cursos de formação de docentes, mas sim o número de candidatos;
4. Os partidos comprometeram-se em relação à recuperação do tempo de serviço dos professores;
5. O Ministro fez uma negociação, mas há muitas situações com tratamento desigual e o que pretendem é as correções das injustiças.

A gravação vídeo da audição e a documentação entregue estão disponibilizadas na página da audição, pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

6. Aprovação das atas de reuniões anteriores

A aprovação das atas das reuniões da Mesa e Coordenadores de 11 de junho e da Comissão de 18 de junho foi adiada.

7. Comunicações da Presidente

7.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

iii. Projetos de Lei – Generalidade

A Senhora Presidente informou que:

- O Projeto de Lei n.º 180/XVI/1.ª (PS) – Aprova o novo estatuto da carreira de investigação científica - tinha baixado à Comissão com comunicação de 18/6. A Deputada Isabel Ferreira (PS), em representação dos autores, informou que não pretendiam fazer a apresentação da iniciativa na Comissão. A Coordenadora do Grupo Parlamentar do CH indicou como relatora a Deputada Luísa Areosa (CH) e solicitou que o relatório desta iniciativa fosse agendado para a reunião 17/7, tendo havido consenso;
- O Projeto de Lei n.º 181/XVI/1.ª (PS) – Aprova o regime do pessoal docente e de investigação dos estabelecimentos de ensino superior privados - tinha sido redistribuído à Comissão com comunicação de 20/6. A Deputada Isabel Ferreira (PS), em representação dos autores, informou que não pretendiam fazer a apresentação da iniciativa na Comissão. Foi consensualizado que o relatório, de que será relatora a Deputada Patrícia Gilvaz (IL), será agendado para a reunião 17/7;
- O Projeto de Lei n.º 188/XVI/1.ª (IL) – Realização das avaliações nacionais nos anos finais de cada ciclo do Ensino Básico - tinha baixado à Comissão com comunicação de 20/6. Foi consensualizado que o relatório, de que será relatora a Deputada Gabriela Cabilhas (PSD), será agendado para a reunião de 17/7.

iv. Projetos de Resolução – Generalidade

Deu depois nota de que tinham baixado os 3 projetos de resolução abaixo referidos, tendo a Deputada Isabel Ferreira (PS) informado que pretendiam que a sua discussão fosse feita na sessão plenária:

- Projeto de Resolução n.º 151/XVI/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo a abertura de concurso para a contratação de doutorados em posições permanentes da Carreira de Investigação Científica na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., destinado aos técnicos superiores doutorados;
- Projeto de Resolução n.º 152/XVI/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo a abertura de concursos para a contratação de doutorados para posições permanentes da Carreira de Investigação Científica nos Laboratórios de Estado;
- Projeto de Resolução n.º 153/XVI/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo uma análise compreensiva das ocorrências de violência em contexto escolar, visando uma atuação cada vez mais eficaz e a sua prevenção

7.2. Pedidos de audiência

Por último, a Presidente fez referência ao pedido de audiência da Associação Portuguesa do Ensino Superior Particular e Cooperativo (APESP), para apresentar as preocupações relativamente à situação atual e perspetivas futuras do ensino superior português e, em particular, do ensino superior não estatal, no âmbito do qual se têm constatado um conjunto de discriminações que estão a contribuir para o prejuízo do saudável funcionamento do sistema de ensino superior, tendo sido consensualizado realizá-la numa reunião da Comissão, a fixar posteriormente.

7.3. Comunicação do BE, CDS-PP e L com designação de membros para o Conselho Nacional de Educação (CNE)

A Senhora Presidente indicou as designações feitas pelos Grupos Parlamentares, acompanhadas do currículo e da declaração de aceitação, que terão um mandato até 2026:

- BE
  - ✓ Suplente: Rita Gorgulho (substitui o suplente atual e completará o mandato até 2026)
- CDS-PP
  - ✓ Efetivo: António José Carlos Pinho
  - ✓ Suplente: Raquel Paradela Faustino

- Livre
  - ✓ Efetivo: Filipa Maria Gonçalves Pinto
  - ✓ Suplente: Catarina das Neves Batista Cerqueira

Recordou depois que a Comissão tinha deliberado não proceder à audição prévia dos candidatos representantes dos Grupos Parlamentares, de harmonia com a interpretação do artigo 257.º do RAR, constante da Súmula n.º 52 da Conferência de Líderes, realizada em 24/3/2024, em que «foi esclarecido que a audição prévia obrigatória se refere a candidatos a eleições e não a pessoas a designar por outras formas (personalidades indicadas pela Assembleia da República, sem eleição, ou representantes indicados pelos próprios Grupos Parlamentares), a não ser que a Comissão competente delibere proceder à sua audição».

A terminar, a Senhora Presidente indicou que vai transmitir ao Presidente da Assembleia da República que na sequência da apreciação dos currículos dos candidatos a Comissão deliberou não proceder à respetiva audição prévia, nos termos acima referidos.

8. Discussão e votação do relatório do Projeto de Lei n.º 154/XVI/1.ª (BE) – Cria o regime de compensação a docentes deslocados

O Deputado Eduardo Pinheiro (PS) fez a apresentação do relatório, tendo o mesmo sido depois aprovado por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS e do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

9. Apresentação e discussão do relatório final da Petição n.º 4/XVI/1.ª – Contra a excessiva digitalização no ensino e a massificação dos manuais escolares digitais - seguida de debate sobre a petição, nos termos do artigo 24.º-A do Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição e votação do relatório final

O Deputado José Carvalho (CH) fez a apresentação do relatório final da petição. De seguida, intervieram os Deputados Inês Barroso (PSD), Eduardo Pinheiro (PS) e José

Carvalho (CH), indicando que o debate da petição tinha sido feito na audição dos peticionários, pelo que remetiam para essa sede.

O relatório foi depois aprovado por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS e do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

10. Outros assuntos

A Senhora Presidente da Comissão deu conta da objeção do BE à audição do Ministro da Educação, Ciência e Inovação em 10 de julho, às 14h, por conflituar com a sua participação na Comissão Parlamentar de Inquérito e após ouvir os Grupos Parlamentares informou que iria ver com a Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) se pretendia que o início da audição fosse atrasado alguns minutos.

11. Data da próxima reunião

Por fim, a Presidente da Comissão prestou as seguintes informações sobre a reunião seguinte da Comissão.

- Reunião da Comissão: Dia 03/07/2024 – 09h00

  - ✓ Audiência, conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias, ao Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV), para apresentação do parecer conjunto com a Comissão de Ética para a Investigação Clínica (CEIC) sobre os aspetos éticos da investigação clínica em situações de emergência – 9h00 – Confirmada
  - ✓ Audição da Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Campo Maior e do Diretor do Agrupamento, por requerimento do PS – 10h15

A reunião foi encerrada às 18:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de junho de 2024

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Manuela Tender

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Gabriela Cabilhas (PSD)
Ângela Almeida (PSD)
Eva Brás Pinho (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Pedro Alves (PSD)
Eduardo Pinheiro (PS)
Elza Pais (PS)
Isabel Ferreira (PS)
Maria Begonha (PS)
Palmira Maciel (PS)
José Carvalho (CH)
Luísa Areosa (CH)
Manuela Tender (CH)
Maria José Aguiar (CH)
Patrícia Gilvaz (IL)
Joana Mortágua (BE)
Paula Santos (PCP)
Cidália Abreu (PSD)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
João Tilly (CH)
José Barreira Soares (CH)
Pedro Pinto (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Germana Rocha (PSD)
Mara Lagriminha Coelho (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Sonia Dos Reis (PSD)
Rosário Gambôa (PS)
Isabel Mendes Lopes (L)
Paulo Núncio (CDS-PP)